

Promotorias de Justiça de Castanhal, durante o período de gestação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém 11 de maio de 2017.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Subprocuradora-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

EXTRATO DA PORTARIA n.º 003/2017-MP/PJCCOT
PORTARIA n.º 003/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º372015510000282-6, lavrado contra F. M. V. M, até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.
Belém, 18 de maio de 2017.
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 179182

EDITAL
O Presidente do **CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 057/2006 e o art. 6º da Resolução nº 002/2008/MP/CSMP, **TORNA PÚBLICO** que foi encaminhada ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a proposta de confirmação na carreira de 1 (um) Promotor de Justiça de 1ª entrância que se acha prestes a cumprir o estágio probatório, cujo processo, acompanhado do respectivo relatório de vitaliciamento, foi distribuído por meio de sorteio eletrônico à Conselheira Relatora abaixo indicada, podendo qualquer Membro do Ministério Público impugnar, em petição escrita, individualizada e fundamentada, dirigida ao presidente do Conselho Superior, a proposta de vitaliciamento apresentada pelo Corregedor-Geral, no prazo de dez dias úteis, contados da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado:

Nº	Promotor de Justiça	Data prevista para Vitaliciamento	Conselheiro Relator
1	GUILHERME LIMA CARVALHO OF. 740/2017/CGMP/PA (19795/2017) SIMP 000116-012/2017	10/10/2017	Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Belém/PA, 18 de maio de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 179611

EXTRATO DA PORTARIA n.º 018/2017-MP/PJCCOT
PORTARIA n.º 018/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º022014510000861-8, lavrado contra C.P.A.I.E.T.E, até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.
Belém, 18 de maio de 2017.
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 179582

Extrato da Portaria Nº 050/2017/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000036-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - PA - Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria n º 050/2017/MP/12ªPJMAB.
Interessados: Keila Martins, Nacional conhecido como Eder e Nacional conhecido como Chaga.
Assunto: Acompanhar situação de ameaça de esbulho possessório de imóvel pertencente à Sra. Keila Martins, localizado no interior da Fazenda Petrópolis, zona rural do Município de Tucuruí/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 179525

EXTRATO DA PORTARIA n.º 008/2017-MP/PJCCOT
PORTARIA n.º 008/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º022014510000854-5, lavrado contra N. T. C. A. L., até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.
Belém, 18 de maio de 2017.
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 179559

EXTRATO DA PORTARIA n.º 011/2017-MP/PJCCOT
PORTARIA n.º 011/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º022014510000850-2, lavrado contra N. T. C. A. L., até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.
Belém, 18 de maio de 2017.
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 179563

ATO Nº 150/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 15186/2017, em 12/04/2017, RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, NICOLLY ELLERES CHARCHAR DE OLIVEIRA do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do Ato nº 093/2015, datado de 15/07/2015, publicado no D.O.E. de 17/07/2015, a partir de 10/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de maio de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 151/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 54785/2016, de 22/11/2016, RESOLVE:
DECLARAR VAGO, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo de Auxiliar de Administração - AUD-A-II, Polo Belém I, do Ministério Público do Estado do Pará, ocupado pela servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, nomeada por meio do Ato do Procurador-Geral de Justiça, datado de 07/10/2008, publicado no D.O.E. de 08/10/2008, conforme permissão estabelecida no art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, no período de 21/11/2016 a 21/11/2019.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de maio de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 179451

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

A 3ª Promotoria de Justiça Cível de Benevides, com fundamento no art. 54, inciso VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/2006 e no art. 4º, inciso VI da Resolução nº 23-CNMP, de 17/09/2007, torna pública a **INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2017/MP/3ªPJB**, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Benevides, situada à Av. Nações Unidas, nº 70, Bairro Centro, Município de Benevides, Pará, Fone: (91) 3724-1408.
PORTARIA IC Nº: 06/2017-MP/3ªPJBENEVIDES (Simp: 000024-036/2017)
Investigante: 3ª Promotoria de Justiça Cível de Benevides.
Assunto: ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES.
Dra. Érika Menezes de Oliveira – Promotora de Justiça Titular.

Protocolo: 179134

EXTRATO DA PORTARIA Nº 08/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.
Portaria nº 08/2017-8ª. PJ AGRÁRIA
Investigado: ITERPA-Instituto de Terras do Pará/ Estado do Pará
Assunto: Apuração de suposta promessa de compra e venda de imóvel rural à Sra. Madeleine Georgette Elisabeth Modeste, cidadã estrangeira sem residência fixa no país, a qual teria como promitentes-vendedores os Srs. Miriana Hisatsugu e Miguel Tadayuki Hisatsugu, Sônia Ermiko Hisatsugu e Carla Yuri Hisatsugu.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 179126

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Nº. DO ACORDO DE COOPERAÇÃO: 001/2017-MP/PA
PARTES: Ministério Público do Estado do Pará e União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA.
OBJETO: Estabelecer as bases gerais de Cooperação Científica e Técnica entre o MP/PA e a UNAMA, para seleção pública de estagiários.
DATA DA ASSINATURA: 17/05/2017.
VIGÊNCIA: 19/05/2017 a 18/05/2019.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12101.03.122.1434.8331. ELEMENTO DE DESPESA: 3390-36
FONTE DE RECURSO: 0101
FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Gilberto Valente Martins.
ENDEREÇO COMPLETO DAS PARTES: Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha, Belém/PA, e Av. Alcindo Cacela, nº 287, Bairro: Umarizal, Belém/PA, respectivamente.

Protocolo: 179119

EXTRATO DE PORTARIA Nº 002 /2017- MPPA/PJJA

O Representante do Ministério Público Estadual, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA titular da Promotoria de Justiça de Jacundá/ PA, torna pública a instauração do Inquérito Civil 02/2017/MPPA/PJJA que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Jacundá/PA, situada nesta cidade na Av. JK, nº 72 – Prédio do Fórum, CEP 68590-000.
Nº 002/2017-MPPA/PJJA.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE JACUNDÁ.
OBJETO: investigar as contratações realizadas mediante dispensa de licitação pelo Município de Jacundá. Jacundá/PA, 17 de maio de 2017.
SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA,
Promotor de Justiça de Jacundá/PA

Protocolo: 179123

EXTRATO DA PORTARIA n.º 017/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 017/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º022014510000919-3, lavrado contra O. D. B. S. A., até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.
Belém, 18 de maio de 2017.
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 179581